



RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DE UMA CAPACITAÇÃO EM RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE (APS)

Cátia Helena Damando Salomão*; Karina Fonseca de Souza Leite; Elisângela Aparecida de Almeida Puga; Susana Segura Muñoz

*Doutoranda pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP, catia.damando@gmail.com.

RESUMO

No Brasil, ainda se observam dúvidas frequentes dos profissionais de saúde sobre a grande diversidade de materiais que compõem os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e das etapas de gerenciamento. Às vezes, sem formação específica, muitos profissionais descartam de maneira inadequada os resíduos, podendo trazer riscos para a saúde ocupacional e ambiental. Nesse contexto o processo de ensino/aprendizagem sobre o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (GRSS) representa grandes desafios, tendo em vista, que está pautado em diversas normativas e legislações contempladas para o correto manejo de resíduos nos serviços de saúde. Nesse marco, o ensino-aprendizagem dessa temática pode parecer árido e por tanto a aplicação de estratégias de ensino que incentivem o aprendizado sobre Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) é fundamental para ressignificar a atuação do profissional de saúde na prática do manejo desses resíduos. O presente estudo tem como objetivo compartilhar uma estratégia didática implementada em capacitações sobre GRSS na atenção primária à saúde (APS) mediante a utilização da sistemática de Rotação por Estações de Aprendizagem, levando em conta suas potencialidades e limitações no campo da educação em saúde. Tratou-se de um estudo descritivo, qualitativo, com aplicação de metodologia ativa.). A estratégia de ensino aprendizagem o uso de protocolos e procedimentos referentes ao manuseio de RSS, se forem desenvolvidos passo a passo, auxiliarão os participantes frente a um manejo mais consciente dos resíduos gerados durante a realização de procedimentos em saúde. Espera-se que a experiência compartilhada das estações de aprendizagem sobre RSS possa inspirar outros exercícios ativos de ensino-aprendizagem para o aprofundamento na relação teórico-prática.

PALAVRAS-CHAVE

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO EM SAÚDE, METODOLOGIA ATIVA

ABSTRACT

In Brazil, health professionals still have frequent doubts about the great diversity of materials that make up the Health Services Waste (RSS) and the management stages. Sometimes, without specific training, many professionals inappropriately dispose of waste, which can bring risks to occupational and environmental health. In this context, the teaching / learning process on Health Services Waste Management (GRSS) represents great challenges, considering that it is based on several regulations and legislation contemplated for the correct management of waste in health services. Within this framework, the teaching-learning of this theme may seem arid and therefore the application of teaching strategies that encourage learning about Health Service Residues (RSS) is fundamental to redefine the role of the health professional in the practice of handling these residues. The present study aims to share a didactic strategy implemented in training on GRSS in primary health care (PHC) through the use of the Rotation through Learning Stations system, taking into account its potential and limitations in the field of health education. It was a descriptive, qualitative study, with the application of an active methodology.). The teaching strategy learning the use of protocols and procedures related to the handling of RSS, if they are developed step by step, will help the participants in the face of a more conscious management of the waste generated during the performance of health procedures. It is hoped that the shared experience of learning stations on RSS can inspire other active teaching-learning exercises to deepen the theoretical-practical relationship.

KEY WORDS

HEALTH SERVICES WASTE, HEALTH SERVICES WASTE MANAGEMENT, HEALTH EDUCATION, ACTIVE METHODOLOGY



INTRODUÇÃO

O aumento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) tem se tornado alvo de preocupação social e científica especialmente no contexto sociopolítico, tornando-se responsabilidade social, pública e de cidadania. Há inúmeras formas de RSU, dos quais a composição varia conforme a população e seus hábitos de vida. Ainda como RSU, há o grupo dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) resíduos classificados como especiais devido às suas composições físicas, biológicas, químicas e radioativas que associadas às características de corrosividade e toxicidade, apresentam exponenciais danos à saúde e ao meio ambiente (ABRELPE, 2017).

Historicamente ocorreram mudanças nas políticas públicas, no Brasil, a legislação voltada para o correto manejo dos resíduos foi ampliada com a aprovação da Lei 12.305/2010 referente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), englobando os RSS (BRASIL, 2010). Recentemente foi sancionado outro marco legal que sustenta a relevância da temática dos RSS, a RDC nº 222/18 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências, e que revoga a RDC nº 306/04 (ANVISA).

Seguindo esta classificação e considerando os riscos à saúde, à sociedade e o meio ambiente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sancionou a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222 no intuito de regulamentar as boas práticas no que concerne o gerenciamento dos RSS, dispondo que todo gerador deve elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS), abrangendo as etapas desde o planejamento dos recursos físicos, recursos materiais e da capacitação dos recursos humanos envolvidos (BRASIL, 2006; BRASIL, 2018).

Nesta perspectiva, os RSS são classificados por meio de grupos em função das características e riscos comuns. O grupo A é composto por resíduos de possível presença de agentes biológicos com características de maior virulência ou concentração, enquanto o grupo B constitui os resíduos de substâncias químicas de potenciais riscos à saúde pública e ao meio ambiente. Ainda, o grupo C é formado por quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação específicos nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e o grupo D é baseado nos resíduos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde e ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. Por fim, o grupo E compõe os materiais perfurocortantes, escarificantes ou outros similares (CONAMA, 2005; BRASIL, 2018).

No que se refere a RDC nº 222, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico *in vitro*; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins (BRASIL, 2018).

No Brasil, ainda se observam dúvidas frequentes dos profissionais de saúde sobre a grande diversidade de materiais que compõem os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e das etapas de gerenciamento. Às vezes, sem formação específica, muitos profissionais descartam de maneira inadequada os resíduos, podendo trazer riscos para a saúde ocupacional e ambiental (BENTO et al., 2017).

Para a elaboração do PGRSS, faz-se necessária a implementação de procedimentos pautados no embasamento técnico, científico e normativo, objetivando minimizar a produção de resíduos e fornecer um encaminhamento seguro, eficaz, na perspectiva de proteção do trabalhador, meio ambiente e sociedade (BRASIL, 2018).

Toda a rede de atenção à saúde gera diversos RSU e RSS, cada qual de acordo com suas demandas e especificidades, a exemplo os estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde (APS) geram resíduos de todos os grupos, exceto os resíduos do grupo C por não desenvolverem atividades associadas ao uso de radionuclídeos (BRASIL, 2018). Neste tocante, a elaboração e implementação de um PGRSS neste cenário tem se tornado uma preocupação no sentido de reduzir a geração dos RSS, adequar as estruturas físicas, capacitar os trabalhadores no manejo dos RSS, conscientizar a destinação final ambientalmente adequada e reduzir custos neste processo (ALVES; PACHECO, 2015).

Delimitando a questão do RSS associada aos trabalhadores, estudos destacam que a geração dos RSS e biossegurança estão diretamente ligadas, o manuseio e o descarte inadequado de materiais perfurocortantes é referido como principal causa de acidentes ocupacionais em profissionais de saúde (CUNHA; GOMES, 2017). Nesse contexto, calcula-se que possivelmente a aquisição da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana pós-exposição percutânea com material biológico contaminado seja de aproximadamente 0,3% e de 0,09% após a exposição de mucosas, 6% a 33% para hepatite B e 3% para hepatite C, dependendo do estado do paciente - fonte entre outros fatores (BRASIL, 2018). Justificando ainda que o mapeamento e panorama sistematizado relacionado aos acidentes ocupacionais ainda permanece subnotificado, o que dificulta o delineamento e planejamento das ações em saúde (MARZIALE et al., 2014)

Nesse contexto o processo de ensino/aprendizagem sobre o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde



(GRSS) representa grandes desafios, tendo em vista, que está pautado em diversas normativas e legislações contempladas para o correto manejo de resíduos nos serviços de saúde. Nesse marco, o ensino-aprendizagem dessa temática pode parecer árido e por tanto a aplicação de estratégias de ensino que incentivem o aprendizado sobre Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) é fundamental para ressignificar a atuação do profissional de saúde na prática do manejo desses resíduos.

Atualmente, existem inúmeras estratégias ativas de ensino que favorecem o pensamento crítico e reflexivo nos estudantes de graduação que podem ser incorporadas nos processos de formação profissional (TYO; McCURRY, 2019). Dentre elas, a Estratégia de Rotação em Estações de Aprendizagem pode ser utilizada para estimular o processo de ensino-aprendizagem sobre GRSS. Essa estratégia consiste em uma metodologia em que os participantes são divididos em pequenos grupos dentro de um espaço de aprendizagem e, assim, circulam entre diferentes estações, independentes umas das outras, porém articuladas ao mesmo tema central (STAKER; HORN, 2012).

OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo compartilhar uma estratégia didática implementada em capacitações sobre GRSS na atenção primária à saúde (APS) mediante a utilização da sistemática de Rotação por Estações de Aprendizagem, levando em conta suas potencialidades e limitações no campo da educação em saúde.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência. O estudo surgiu da necessidade de capacitar os profissionais de saúde na temática de gerenciamento de RSS que atuam nas Unidades de Saúde de um município do interior do estado de São Paulo. Nesse cenário da APS julgou-se pertinente descrever uma experiência que integra teoria e prática a fim de consolidar o aprendizado na temática de RSS.

Esta investigação foi realizada no município de Ribeirão Preto, composto pela Rede de Atenção à Saúde (RAS) – SUS, organizada em 5 Distritos de Saúde em consonância com os Distritos de Vigilância em Saúde. O município dispõe de 46 estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde.

A aplicação da metodologia ativa de ensino sobre RSS, baseada na Rotação em Estações de Aprendizagem, foi implementada em 2019, utilizando como apoio o laboratório da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP. As estações de aprendizagem foram delineadas à luz da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária da ANVISA, que Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde – RDC 222/2018.

O espaço foi organizado/desenhado a partir de oito estações de aprendizagem para turmas de até 40 participantes, subdivididos em grupos de 5 pessoas. Foram desenhadas 8 estações de aprendizagem ao qual cada grupo iniciou as atividades de forma aleatória até finalizar a transição por todas as estações, com tempo de 20 minutos em cada uma, totalizando 160 minutos.

As estações foram divididas em temáticas que contribuem para a compreensão da classificação dos RSS, das etapas do manejo e dos riscos para a saúde decorrentes de práticas inadequadas. A preparação dos materiais de cada estação de aprendizagem exige uma abordagem por subtemas distintos, porém correlacionados com os demais abordando as tópicos: Classificação dos RSS (contemplados Grupo A, B, D e E), não foi abordado o Grupo C, por não ser gerado na APS; as Etapas do GRSS (Segregação, Acondicionamento, Identificação, Transporte Interno, Armazenamento Temporário, Armazenamento Externo, Coleta, Tratamento e Disposição Final) e os aspectos de biossegurança e risco de acidentes ocupacionais causados por diferentes tipos de RSS.

Como material de apoio foi entregue um Guia de Aprendizagem pré-formulado com questões norteadoras e desafiadoras, que propõe observações, discussões em grupo e simulações, representando um universo real da prática profissional em serviços de saúde (SILVA; ALMEIDA; GATTI, 2016).

Depois de finalizadas as atividades, foi aberto um espaço para ouvir as principais dúvidas e reflexões que surgiram durante a rotação por estações, visando dar condições para a assimilação do conjunto de informações coletadas pelos participantes, consideradas fundamentais para o adequado manejo de RSS.

RESULTADOS

Participaram desta estratégia 160 participantes dentre as categorias profissionais a saber: Enfermeiros, Médicos,



Farmacêuticos e Cirurgiões Dentista, no âmbito de formação de nível superior e Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Saúde Bucal e Técnico de Saúde Bucal no âmbito de formação técnica de nível médio.

A discussão do GRSS, pautada na realidade e concretizada com materiais utilizados no âmbito da prática profissional, traduz, de maneira representativa, as orientações descritas na RDC 222/2018/ANVISA.

Nas estações, os participantes puderam compreender todas as etapas do GRSS, com destaque na percepção dos riscos inerentes a cada grupo de resíduos (A-resíduos infectantes, B-resíduos químicos, D-resíduo comum e E-resíduo perfurocortante), assim como refletir sobre as ferramentas para minimização e proteção dos riscos biológicos, físicos e químicos, relatando a importância e obrigatoriedade da utilização de EPIs, da capacitação profissional continuada e da vacinação. Nesse sentido, foi possível observar a tomada de consciência sobre a diversidade de RSS o contexto em que esses resíduos são gerados e os riscos ambientais e ocupacionais decorrentes do manejo inadequado (ZABALA, 2010).

De um modo geral, o GRSS exige atenção imediata nas tarefas cotidianas do profissional de saúde, em particular do enfermeiro, perante as grandes especificidades dos serviços, a sobrecarga de jornada de trabalho com consequente cansaço físico e mental e ao manuseio constante de resíduos infectantes, químicos e materiais perfurocortantes, nas atividades da assistência direta ao paciente (MOURA et., 2017)

Esses conteúdos envolveram a releitura de contextos, situações, fatos e acontecimentos relacionados a RSS, a partir dos materiais fornecidos, visando que os participantes pudessem usá-los na interpretação e construção de novas ações no exercício da assistência à saúde; também aponta o desenvolvimento de competências relacionadas com imagens, símbolos e informações, a partir dos materiais disponibilizados nas estações de aprendizagem (ZABALA, 2010). A estratégia de ensino aprendizagem o uso de protocolos e procedimentos referentes ao manuseio de RSS, se forem desenvolvidos passo a passo, auxiliarão os participantes frente a um manejo mais consciente dos resíduos gerados durante a realização de procedimentos em saúde.

Sabe-se que no processo de ensino-aprendizagem todas as tipologias de conteúdos são relevantes. No entanto, na área relacionada com questões ambientais e, especificamente, no que se refere ao GRSS, merecem destaque os conteúdos atitudinais, considerando a necessidade da conscientização e mudança de percepção em relação aos riscos associados às práticas inapropriadas de manuseio de RSS. A estratégia de ensino envolvendo trabalho grupal em estações de aprendizagem, propicia o desenvolvimento de atitudes e valores nos estudantes para que fomentem a promoção da saúde ocupacional e ambiental (MOREIRA; GÜNTHER, 2019)

Outra fortaleza da estratégia de Rotação em Estações de Aprendizagem é o envolvimento do participante na construção do conhecimento em pequenos grupos, com ativa participação no desenvolvimento de exercícios interativos e reflexivos de argumentação e debate.

CONCLUSÃO

Mediante o desenvolvimento da estratégia de ensino, pautada na Rotação em Estações de Aprendizagem, é possibilitada a compreensão de temáticas carregadas de apontamentos técnicos e legais como o GRSS, fortalecendo, dessa maneira, a formação dos futuros enfermeiros. O delineamento das Estações de Aprendizagem desvela potencialidades para a atuação de profissionais da saúde mediante a reflexão crítica sobre a prática de manejo de RSS, se mostrando uma metodologia de ensino-aprendizagem capaz de estimular o participante o desenvolvimento de saberes técnico-científicos e ético-políticos sobre uma questão ambiental relevante no âmbito da saúde pública. Espera-se que a experiência compartilhada das estações de aprendizagem sobre RSS possa inspirar outros exercícios ativos de ensino-aprendizagem para o aprofundamento na relação teórico-prática. A redução dos RSS nas Unidades de Saúde poderá ser visualizada como resultado das capacitações constantes nos serviços de saúde e tendem a se tornar constantes nesses ambientes, a discussão de mudança de comportamento nos profissionais de saúde frente a aquisição do conhecimento acerca do RSS também é uma proposta que deverá ser incluída no plano de gerenciamento dos RSS das Unidades de Saúde e serem revistos anualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos do Brasil**, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Saude/Downloads/panorama_abrelpe_2017.pdf Acesso em: 20 mai. 2019.
2. BENTO, D.G. *et al.* O gerenciamento de resíduos de serviço de saúde sob a ótica dos profissionais de enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 1, p. 1-7, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017006680015>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000100313&lng=en&tlng=en. Acesso em: 02 de março de 2021



3. BRASIL. Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União [periódico na internet]**. 3 ago 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 01 de março de 2021
4. BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada n. 222 de 28 de março de 2018 (BR). Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União [periódico na internet]**. 29 mar 2018. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410. Acesso em: 10 de março de 2021
5. BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução n° 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF); 04 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>>. Acesso em: 21 fev. 2019
6. ALVES, L. S.; PACHECO, J. S. Biosegurança – Fator determinante nas unidades de atendimento à saúde. Revista Fluminense de Extensão Universitária, v. 5, n. 1, p. 33-40, 2015. Disponível em: <<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RFEU/article/view/564/273>>. Acesso em: 16 jan. 2019
7. CUNHA, J.D.S; GOMES, R.N.S. Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes em Profissionais de Enfermagem: Revisão Integrativa de Literatura. **Revista Ciência e Saberes, Facema [Internet]**, v. 3, n 2, p. 499-505, 2017. Disponível em: <<http://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/195/116>>. Acesso em: 03 jul. 2019
8. MARZIALE, M. H. P. et al. Consequências da exposição ocupacional a material biológico entre trabalhadores de um hospital universitário. **Esc Anna Nery [Internet]**, v. 18, n. 1, p. 11-16, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1277/127730129002.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2019
9. MAHLER, G.R.; MOURA, L. Avaliação do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) de um hospital maternidade do Estado do rio de Janeiro. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EN INVESTIGACION CUALITATIVA, 6., 2017. Salamanca. Anais... Salamanca, 2017, p.37-46.
10. MOREIRA, A.M.M.; GÜNTHER, W.M.R. Solid waste management in primary healthcare centers: application of a facilitation tool. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 24, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0646.2768>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692016000100387&script=sci_arttext. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021
11. SILVA, V.G.; ALMEIDA, P.C.A.; GATTI, B.A. References and criteria for the teaching action. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 160, p. 286-311, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053143415>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742016000200286&script=sci_arttext. Acesso em: 15 de março de 2021
12. STAKER, H.; HORN, M.B. Classifying K-12 blended learning. **Innosight Institute**, 2012.22p. Disponível em: <https://www.christenseninstitute.org/wp-content/uploads/2013/04/Classifying-K-12-blended-learning.pdf>.
13. TYO, M.B.; MCCURRY, M.K. An integrative review of clinical reasoning teaching strategies and outcome evaluation in nursing education. **Nursing education perspectives**, v. 40, n. 1, p. 11-17, 2019. DOI: [10.1097/01.NEP.0000000000000375](https://doi.org/10.1097/01.NEP.0000000000000375). Disponível em: https://journals.lww.com/neponline/FullText/2019/01000/An_Integrative_Review_of_Clinical_Reasoning.4.aspx. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021
14. ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed; 2010. 224p.